Brasília, 21 de novembro de 2013

Ilustríssimo Senhor **EDMAR LEITE**,

Digníssimo Secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – FENTECT

REF: ORIENTAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO POSTAL SAÚDE – VIOLAÇÃO À CLÁUSULA 11 DA SENTENÇA NORMATIVA VIGENTE – PROCESSO Nº 6942-72.2013.5.00.0000 – RECUSA DE RECEBIMENTO – RESSALVA

Prezado Edmar

1. A Assessoria Jurídica da FENTECT, a requerimento do Secretário-Geral, vem, por meio da presente nota técnica, apresentar algumas considerações das orientações emanadas pela ECT, a serem implementadas a partir do 13 de janeiro de 2014, pertinentes à “operacionalização do Plano CorreiosSaúde pelo Postal Saúde”.

2. Com efeito, cumpre destacar, como reiterado por diversas por essa Assessoria, que a criação e conformação do Postal Saúde vulnera o disposto na cláusula 11 da sentença normativa vigente. Destaque, pois, para o seu texto, extraído do acórdão exarado pela Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho:

“Cláusula 11 – ASSISTÊNCIA MÉDICA / HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA. A ECT, na qualidade de gestora, com vistas a manter a qualidade da cobertura de atendimento, oferecerá serviço de assistência médica, hospitalar e odontológica aos empregados ativos, aos aposentados na ECT que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados na ECT por invalidez, bem como a seus dependentes que atendam aos critérios estabelecidos nas normas que regulamentam o Plano de Saúde, os quais, na vigência deste Acordo Coletivo, não poderão ser modificados para efeito de

exclusão de dependentes. Eventual alteração no plano de ASSISTÊNCIA MÉDICA / HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA vigente na empresa será precedida de estudos atuariais por comissão paritária. A participação financeira dos empregados no custeio das despesas, mediante sistema compartilhado, ocorrerá de acordo com os percentuais a seguir discriminados por faixa salarial, observados os limites máximos para efeito de compartilhamento citados no parágrafo 1º, excluída de tais percentuais a internação opcional em apartamento e a prótese odontológica, que têm regulamentação própria:

a) NM-01 até NM-16 – 10%; b) NM-17 até NM-48 – 15%; c) NM-49 até NM-90 – 20%; d) NS-01 até NS-60 – 20%.

§ 1º – O teto limite máximo para efeito de compartilhamento será de: a) Para os empregados ativos 2 vezes o valor do salário-base do empregado, b) Para os aposentados desligados 3 vezes o valor da soma do benefício recebido do INSS e suplementação concedida pelo POSTALIS. § 2º - Os exames periódicos obrigatórios para os empregados ativos serão realizados sem quaisquer ônus para os mesmos, obedecendo a grade de exames estabelecida pela Área de Saúde da ECT. § 3º- Enquanto durar o afastamento em razão de acidente de trabalho (código 91 do INSS), o empregado ativo terá direito à assistência médico-hospitalar e odontológica, sendo o atendimento totalmente gratuito na rede, conveniada no que se relaciona ao respectivo tratamento. Os valores relativos ao atendimento na rede conveniada para os casos não relacionados ao tratamento do acidente de trabalho serão compartilhados dentro dos percentuais estabelecidos nesta cláusula. § 4º - Os empregados afastados por Auxílio Doença (código 31 do INSS) terão direito à assistência médico-hospitalar e odontológica, sendo que os valores relativos ao atendimento na rede credenciada serão compartilhados dentro dos percentuais estabelecidos nesta cláusula. § 5º - A ECT garantirá o transporte dos empregados com necessidade de atendimentos emergenciais, do setor de trabalho para o hospital conveniado mais próximo. § 6º- Os aposentados citados no *caput* desta cláusula terão que ter no mínimo, 10 (dez) anos de serviços contínuos ou descontínuos prestados à ECT, sendo que o último período trabalhado não poderá ter sido inferior a 5 (cinco) anos

contínuos. § 7º- Os ex-empregados, aposentados na ECT a partir de 01/01/1986, que não tenham sido cadastrados, poderão efetuar, exclusivamente, a sua própria inscrição e a do seu respectivo cônjuge ou companheiro(a) no Plano de Saúde da ECT. § 8º- A ECT ressarcirá aos empregados ativos, mediante modelo de comprovação a ser regulamentado, o valor gasto em medicamentos definidos em lista própria, até o limite de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) mensais. § 9º- O disposto no parágrafo anterior não se trata de salário, conforme o inciso IV, § 2º, do Artigo 458 da CLT”.

3. De fato, o Tribunal manteve a redação do ano anterior, o que revela a preocupação da Corte no sentido de preservar a assistência médico-odontológica dos empregados da ECT.

4. Sendo assim, dois pontos são de extrema importância. O primeiro, diz respeito à gestão, que deve ser feita pela ECT, pela exata dicção da cláusula 11, ao dispor que a “ECT, na qualidade de gestora” oferecerá tais serviços. O segundo atém-se à modificação do plano, que somente poderia ser alterado após estudos por comissão paritária. E de fato, a cláusula se refere à qualquer alteração, porquanto não especifica exceções.

5. Ora, a criação do Postal Saúde é modificação do Plano. Modifica-se a gestão, permitindo-se a terceirização de tais serviços, algo que é historicamente combatido pela categoria. Há, pois, o descumprimento daquela decisão, sendo que tal assunto está sendo debatido na ação de cumprimento nº 1113-16.2013.5.10.0006, com previsão de sentença para o dia 31.1.2014.

6. Em que pese a existência da ação, a ECT, de modo ilegal, continuou a adotar procedimentos para completa procedimentalização do Postal Saúde. E estabeleceu regras a serem observadas a partir do dia 13.1.2014.

7. Dentre tais regras está a distribuição do novo cartão de identificação. Ocorre que tal distribuição, diante do cenário fático acima exposto, é ilegal. Sendo assim, o não recebimento do cartão é a medida que se adequa ao descumprimento da sentença normativa.

8. Sabe-se que o assunto aqui debatido é delicado, uma vez que está a se tratar do tema saúde, sempre caro ao trabalhador. No entanto, no mesmo comunicado de distribuição, a própria ECT informa que as atuais carteiras do CorreiosSaúde terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 1.1.2014, sendo possível o acesso ao atendimento com tal documento, até o prazo acima citado. Destaque-se trecho do referido comunicado:

De posse do seu Cartão de Identificação o beneficiário deverá dirigir-se diretamente à rede credenciada, sem necessidade de apresentação de guia em papel.

Nos casos em que o beneficiário ainda não tiver recebido o novo cartão, poderá comparecer diretamente à rede credenciada de posse da atual Carteirinha do CorreiosSaúde. Se houver necessidade, em casos excepcionais, poderá ainda ser emitida previamente pelo sistema SASMED a guia de atendimento.

A atual Carteirinha do CorreiosSaúde terá a validade de 180 dias a contar de 01/01/2014, sendo que após este período a rede credenciada somente aceitará o novo Cartão de Identificação do Beneficiário (CIB).

9. Contudo, mesmo com esse comunicado, é possível que a rede credenciada não aceite o atendimento com a carteira antiga. Nesse caso, o empregado deve comunicar às autoridades competentes, registrando boletim de ocorrência, o não aceite do atendimento e encaminhar a demanda para o Sindicato competente, com cópia para a Federação, para que tais entidade possam agir de forma a garantir o tratamento, seja na via administrativa, seja na via judicial.

10. Ressalte-se novamente que, por se tratar de saúde e quando a situação for urgente, em que o tratamento não pode ser interrompido e o atendimento esteja sendo recusado, o trabalhador pode optar pela aceitação do novo cartão, para assegurar a assistência necessária. No entanto, deve informar a sua ressalva – protesto – à adesão ao Postal Saúde, informando se tratar de descumprimento da sentença normativa vigente, porquanto imposto ao trabalhador, sem a negociação prévia, bem como deve fazer o registro da negativa de atendimento, conforme dito anteriormente.

11. Tudo isso se dá para que a ECT tenha a exata noção de que o trabalhador não se conforma com a imposição unilateral do Postal Saúde, em grave e claro descompasso com o acórdão vigente.

12. Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rodrigo Peres Torelly
OAB/DF nº 12.557

Adovaldo Dias de Medeiros Filho
OAB/DF nº 26.889

Assessoria Jurídica da FENTECT